

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO RELATOR

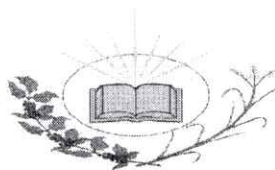
RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 140/2024, de autoria do Prefeito Municipal, o qual: ***"Dispõe sobre a concessão de uso ou doação com encargo de terreno público municipal à Empresa ANTÔNIO BATISTA FELIPE JUNIOR - ME, por atender aos requisitos da lei municipal nº 3.499, de 14 de setembro de 2017, que criou o Programa Municipal de geração de emprego e renda e dá outras providências"***.

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e § 2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

O Projeto de Lei nº 140/2024, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que visa autorizar a concessão de uso ou doação com encargo



**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

de terreno público municipal à empresa ANTÔNIO BATISTA FELIPE JUNIOR - ME, conforme disposições da Lei Municipal nº 3.499, de 14 de setembro de 2017, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Catalão – PRODECAT.

A proposição legislativa está acompanhada de documentação comprobatória, laudo de avaliação, termo de compromisso, certidões negativas fiscais, atas de reunião do Conselho de Desenvolvimento, bem como da Carta de Intenção e cronograma de execução do projeto da empresa.

É o relatório.

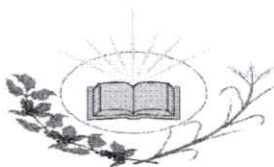
Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

**FUNDAMENTAÇÃO E VOTO**

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal e art. 71, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, compete ao Município dispor sobre assuntos de interesse local, incluindo a alienação ou concessão de bens públicos. A iniciativa do Prefeito é legítima, conforme art. 60, §1º da LOM, tratando-se de matéria de gestão do patrimônio público.

O projeto trata de **concessão de uso com encargo**, modalidade prevista no ordenamento jurídico brasileiro, sendo regulada subsidiariamente pelos arts. 17, inciso I, alínea "b", e §4º, da Lei nº 8.666/93 e, atualmente, pelos artigos 74 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

A concessão com encargo implica a transferência da posse e uso de bem público condicionado ao cumprimento de finalidade específica, sob pena de reversão ao patrimônio municipal, conforme previsto nos artigos 3º e 5º do projeto.

A empresa beneficiária comprovadamente atende aos requisitos exigidos pela **Lei Municipal nº 3.499/2017**, conforme demonstrado na documentação anexa:

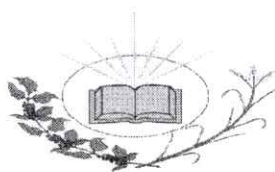
- Carta de Intenção com cronograma físico-financeiro e de geração de empregos.
- Termo de Compromisso firmado com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
- Certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e federais.
- Regularidade junto ao FGTS.
- Aprovação da proposta pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento.

A concessão visa fomentar o desenvolvimento econômico local por meio da geração de emprego e renda, expansão da atividade empresarial e incremento da arrecadação tributária municipal (ICMS, ISS e IPVA), o que está em consonância com o princípio da função social da propriedade pública e com os objetivos do art. 170 da CF/88.

Destaca-se que o laudo de avaliação atribui valor ao imóvel no montante de R\$ 196.000,00, e a empresa compromete-se a realizar investimentos com capital próprio, gerar até 15 empregos diretos e iniciar suas atividades em até seis meses.

O projeto contém cláusulas resolutivas e penalidades adequadas em caso de descumprimento dos encargos (arts. 2º a 5º), com previsão





**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

expressa de reversão do imóvel e das benfeitorias ao patrimônio público, sem indenização, o que garante a proteção ao erário e à finalidade pública da cessão.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **OPINA-SE FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 140/2024, por se encontrar em conformidade com:

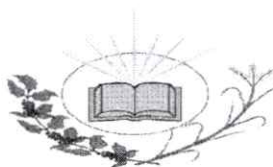
- a competência constitucional e legal do Município;
- os princípios da administração pública, notadamente o interesse público e a legalidade;
- os requisitos formais e materiais da Lei nº 3.499/2017;
- os precedentes legislativos municipais relativos ao PRODECAT.

Recomenda-se apenas que, na formalização do Termo de Concessão, conste cláusula resolutiva com condição expressa de reversibilidade, fiscalização periódica e previsão de responsabilização por danos ao patrimônio público em caso de descumprimento.

Catalão (GO), 28 de abril de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**Gilberto Barbosa de Andrade (SD)**  
Relator





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO  
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator, no **Projeto de Lei nº 140/2024**.

Catalão (GO), 28 de abril de 2025.

---

**Gilmar Antônio Neto (UNIÃO)**  
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do presidente, no **Projeto de Lei nº 140/2024**.

Catalão (GO), 28 de abril de 2025.

---

**Thomas Marques de Mesquita (PODE)**  
Vogal

5